



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82  
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 578,227 milhões, correspondendo a R\$ 24.687,35 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 8.793 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 9,56% sobre o PL médio.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 64.212 bilhões, destacando-se R\$ 52.216 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 7,024 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de

Leasing Financeiro, a valor presente, e R\$ 5,431 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,109 bilhões.

O total de Captações, em 31 de dezembro, estava representado por R\$ 50,562 bilhões de Debêntures e R\$ 379,652 milhões de FINAME.

No exercício, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

**Diretoria**

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

	2010	2009		2010	2009
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.712.182</b>	<b>11.305.005</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.619.536</b>	<b>2.219.977</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	113	114	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	3.053.040	42.276
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	14.151.151	9.681.135	Recursos de Debêntures	3.053.040	42.276
Aplicações no Mercado Aberto	9.713.993	6.013.534	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES</b>		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.437.158	3.667.601	OFICIAIS (Nota 12)	169.914	224.443
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS</b>			FINAME	169.914	224.443
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	1.398.865	1.410.635	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.396.582	1.953.258
Carteira Própria	1.293.971	1.303.662	Sociais e Estatutárias	335.884	198.555
Vinculados à Prestação de Garantias	104.894	106.973	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	463.942	389.374
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)</b>	<b>(123.043)</b>	<b>(104.225)</b>	Negociação e Intermediação de Valores	15	15
Operações de Arrendamentos a Receber:			Diversas (Nota 14b)	1.596.741	1.365.314
- Setor Público	9.553	38.995			
- Setor Privado	3.122.168	2.640.292	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>49.799.075</b>	<b>48.100.215</b>
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.025.661)	(2.564.821)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	47.509.386	46.291.627
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação			Recursos de Debêntures	47.509.386	46.291.627
Duvidosa	(229.103)	(218.691)	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES</b>		
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>229.566</b>	<b>278.879</b>	OFICIAIS (Nota 12)	209.738	282.434
Rendas a Receber	3.678	3.685	FINAME	209.738	282.434
Diversos (Nota 8)	225.965	275.264	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>2.079.951</b>	<b>1.526.154</b>
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(77)	(70)	Sociais e Estatutárias	-	-
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>55.530</b>	<b>38.467</b>	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	446.968	366.450
Outros Valores e Bens	88.787	68.895	Diversas (Nota 14b)	1.632.983	1.159.704
Provisões para Desvalorizações	(33.257)	(30.428)			
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>8.793.225</b>	<b>3.350.150</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>38.426.336</b>	<b>33.996.231</b>	Capital:		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	38.065.022	33.651.962	- De Domiciliados no País	7.127.800	2.127.800
Aplicações no Mercado Aberto	-	329.370	Reservas de Lucros	1.658.414	1.217.515
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.065.022	33.322.592	Ajustes de Avaliação Patrimonial	7.011	4.835
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)</b>	<b>(212.773)</b>	<b>(206.796)</b>			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público	3.991	8.108			
- Setor Privado	4.272.988	3.541.845			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(4.276.362)	(3.549.420)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação					
Duvidosa	(213.390)	(207.329)			
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>573.411</b>	<b>550.163</b>			
Diversos (Nota 8)	573.618	550.392			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(207)	(229)			
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>676</b>	<b>902</b>			
Despesas Antecipadas	676	902			
<b>PERMANENTE</b>	<b>10.073.318</b>	<b>8.369.106</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	35.953	34.724			
Participações em Coligadas:					
- No País	28.496	26.238			
Outros Investimentos	27.036	29.954			
Provisões para Perdas	(19.579)	(21.469)			
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)</b>	<b>7.397</b>	<b>8.489</b>			
Imóveis de Uso	11.117	11.479			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(17.814)	(17.084)			
<b>IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)</b>	<b>10.029.968</b>	<b>8.325.893</b>			
Bens Arrendados	13.277.992	10.885.944			
Depreciações Acumuladas	(3.248.024)	(2.560.051)			
<b>TOTAL</b>	<b>64.211.836</b>	<b>53.670.342</b>	<b>TOTAL</b>	<b>64.211.836</b>	<b>53.670.342</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2010	2009
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.887.715</b>	<b>8.764.177</b>	<b>8.265.213</b>
Operações de Crédito	31.993	52.975	15.047
Operações de Arrendamento Mercantil	2.067.128	3.950.835	4.271.819
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	2.788.594	4.760.367	3.978.347
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(4.160.505)</b>	<b>(7.687.290)</b>	<b>(7.678.030)</b>
Operações de Captações no Mercado	(2.530.643)	(4.520.389)	(4.206.176)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.315)	(32.944)	(47.859)
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.613.131)	(3.101.056)	(3.227.949)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)	(2.416)	(32.901)	(196.046)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>727.210</b>	<b>1.076.887</b>	<b>587.183</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(35.824)</b>	<b>(58.591)</b>	<b>13.455</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(16.519)	(30.686)	(21.782)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(37.951)	(59.937)	(49.084)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	1.237	2.280	2.036
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	41.908	69.564	139.278
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(24.499)	(39.812)	(56.993)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>691.386</b>	<b>1.018.296</b>	<b>600.638</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>	<b>(12.970)</b>	<b>(36.042)</b>	<b>(18.594)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>678.416</b>	<b>982.254</b>	<b>582.044</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)</b>	<b>(277.398)</b>	<b>(404.027)</b>	<b>(212.346)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>401.018</b>	<b>578.227</b>	<b>369.698</b>
Número de ações (Nota 15b)	23.422	23.422	9.605
Lucro por ação em R\$	17.121,42	24.687,35	38.490,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

Continuação



## Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Próprias		
<b>Saldos em 30.06.2010.....</b>	<b>7.127.800</b>	-	<b>88.703</b>	<b>1.263.935</b>	<b>5.001</b>	-	<b>8.485.439</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	2.010	-	2.010
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	401.018	401.018
Destinações: - Reservas.....	-	-	20.051	285.725	-	(305.776)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(95.242)	(95.242)
<b>Saldos em 31.12.2010.....</b>	<b>7.127.800</b>	-	<b>108.754</b>	<b>1.549.660</b>	<b>7.011</b>	-	<b>8.793.225</b>
<b>Saldos em 31.12.2008.....</b>	<b>2.127.340</b>	<b>460</b>	<b>61.357</b>	<b>874.264</b>	<b>3.038</b>	-	<b>3.066.459</b>
Homologação de Aumento de Capital.....	460	(460)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	1.797	-	1.797
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	369.698	369.698
Destinações: - Reservas.....	-	-	18.485	263.409	-	(281.894)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(87.804)	(87.804)
<b>Saldos em 31.12.2009.....</b>	<b>2.127.800</b>	-	<b>79.842</b>	<b>1.137.673</b>	<b>4.835</b>	-	<b>3.350.150</b>
<b>Saldos em 31.12.2009.....</b>	<b>2.127.800</b>	-	<b>79.842</b>	<b>1.137.673</b>	<b>4.835</b>	-	<b>3.350.150</b>
Aumento de Capital por Subscrição.....	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
Homologação de Aumento de Capital.....	5.000.000	(5.000.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	2.176	-	2.176
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	578.227	578.227
Destinações: - Reservas.....	-	-	28.912	411.987	-	(440.899)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(137.328)	(137.328)
<b>Saldos em 31.12.2010.....</b>	<b>7.127.800</b>	-	<b>108.754</b>	<b>1.549.660</b>	<b>7.011</b>	-	<b>8.793.225</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 2010	2009
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....</b>	<b>678.416</b>	<b>982.254</b>	<b>582.044</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....</b>	<b>1.271.168</b>	<b>2.478.248</b>	<b>2.815.233</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	2.416	32.901	196.046
Depreciações e Amortizações.....	1.611.137	3.089.392	3.220.778
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	6.797	13.692	(32.951)
Resultado de Participações em Coligadas.....	(1.237)	(2.280)	(2.036)
Superveniência de Depreciação.....	(355.528)	(672.166)	(585.215)
Prejuízo na Alienação de Bens Arrendados.....	7.129	16.252	3.913
Reversão de Provisão por Desvalorização de Ativos.....	(1.889)	(1.889)	1.128
Outros.....	2.343	2.346	13.570
<b>Lucro Líquido Ajustado.....</b>	<b>1.949.584</b>	<b>3.460.502</b>	<b>3.397.277</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Aumento)/Redução em Títulos para Negociação.....	(2.246.646)	(9.506.013)	(4.065.268)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(114.028)	15.398	(141.856)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....	9.090	12.097	254.491
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....	(15.337)	(8.121)	(19.848)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações.....	239.286	643.992	492.310
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(138.973)	(187.720)	(106.972)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais.....</b>	<b>(317.024)</b>	<b>(5.569.865)</b>	<b>(189.866)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	(1.340)	(1.451)	(2.311)
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento.....	(2.380.359)	(4.937.173)	(5.596.244)
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento.....	406.270	790.410	2.554.337
Aquisição de Bens não de Uso Próprio.....	(37.043)	(58.985)	(67.462)
Alienação de Bens não de Uso Próprio.....	25.690	52.226	21.779
Alienação de Investimentos.....	574	574	1.230
Dividendos Recebidos de Coligadas.....	23	30	7
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Investimentos.....</b>	<b>(1.986.185)</b>	<b>(4.154.369)</b>	<b>(3.088.664)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Aumento de Capital em Dinheiro/Incorporação de Ações.....	-	5.000.000	-
Aumento/(Redução) de Emissão de Títulos.....	2.370.390	4.228.523	3.876.383
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(67.146)	(127.224)	(140.077)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Financiamentos.....</b>	<b>2.303.244</b>	<b>9.101.299</b>	<b>3.736.306</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>35</b>	<b>(622.935)</b>	<b>457.776</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>78</b>	<b>623.048</b>	<b>165.272</b>
Início do Período.....	113	113	623.048
Fim do Período.....	35	(622.935)	457.776

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre 2010		Exercícios findos em 31 de dezembro 2010		2009	
	2010	%	2010	%	2009	%
<b>1 - RECEITAS.....</b>	<b>4.889.738</b>	<b>682,6</b>	<b>8.724.986</b>	<b>837,2</b>	<b>8.132.858</b>	<b>1.288,6</b>
1.1) Intermediação Financeira.....	4.887.715	682,3	8.764.177	840,9	8.265.213	1.309,6
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2.416)	(0,3)	(32.901)	(3,1)	(196.046)	(31,1)
1.3) Outras.....	4.439	0,6	(6.290)	(0,6)	63.691	10,1
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>(4.158.089)</b>	<b>(580,4)</b>	<b>(7.654.389)</b>	<b>(734,5)</b>	<b>(7.481.984)</b>	<b>(1.185,5)</b>
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....</b>	<b>(16.072)</b>	<b>(2,3)</b>	<b>(29.789)</b>	<b>(2,8)</b>	<b>(20.824)</b>	<b>(3,2)</b>
Serviços de Terceiros.....	(170)	-	(373)	-	(185)	-
Apreensão de Bens.....	(2.028)	(0,4)	(3.023)	(0,3)	(328)	(0,1)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(905)	(0,1)	(1.581)	(0,2)	(921)	(0,1)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(572)	(0,1)	(1.187)	(0,1)	(838)	(0,1)
Transportes.....	(194)	-	(339)	-	(117)	-
Jurídicas Processuais.....	(6.859)	(1,0)	(13.123)	(1,2)	(9.291)	(1,5)
Serviços Técnicos Especializados.....	(3.120)	(0,4)	(5.888)	(0,6)	(5.178)	(0,8)
Processamento de Dados.....	(2.134)	(0,3)	(4.084)	(0,4)	(3.546)	(0,6)
Outras.....	(90)	-	(191)	-	(420)	-
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3).....</b>	<b>715.577</b>	<b>99,9</b>	<b>1.040.808</b>	<b>99,9</b>	<b>630.050</b>	<b>99,9</b>
<b>5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....</b>	<b>(447)</b>	<b>(0,1)</b>	<b>(897)</b>	<b>(0,1)</b>	<b>(958)</b>	<b>(0,2)</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5).....</b>	<b>715.130</b>	<b>99,8</b>	<b>1.039.911</b>	<b>99,8</b>	<b>629.092</b>	<b>99,7</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....</b>	<b>1.237</b>	<b>0,2</b>	<b>2.280</b>	<b>0,2</b>	<b>2.036</b>	<b>0,3</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	1.237	0,2	2.280	0,2	2.036	0,3
<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7).....</b>	<b>716.367</b>	<b>100,0</b>	<b>1.042.191</b>	<b>100,0</b>	<b>631.128</b>	<b>100,0</b>
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....</b>	<b>716.367</b>	<b>100,0</b>	<b>1.042.191</b>	<b>100,0</b>	<b>631.128</b>	<b>100,0</b>
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	315.349	44,0	463.964	44,5	261.430	41,4
Federais.....	311.344	43,4	456.254	43,8	253.609	40,2
Municipais.....	4.005	0,6	7.710	0,7	7.821	1,2
9.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	401.018	56,0	578.227	55,5	369.698	58,6
Dividendos.....	95.242	13,3	137.328	13,2	87.804	13,9
Lucros Retidos.....	305.776	42,7	440.899	42,3	281.894	44,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

#### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

#### 3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

##### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

##### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

##### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Continua...

...Continuação



**Bradesco**  
Leasing

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**e) Títulos e valores mobiliários - Classificação**

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

**f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra riscos ("hedge") ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, bem como, para o atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

**g) Operações de arrendamento mercantil**

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

**I - Arrendamentos a receber**

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

**II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)**

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG estabelecido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

**III - Imobilizado de arrendamento**

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, previsto na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

**IV - Perdas em arrendamentos**

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

**V - Superveniência (insuficiência) de depreciação**

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado a valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

**VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("accrual") destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

**h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

**i) Despesas antecipadas**

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no ativo de acordo com o princípio da competência.

**j) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

**k) Imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações – 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de transportes – 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados – de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável – impairment, quando aplicável.

**l) Diferido**

Registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357 do BACEN.

**m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

**n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Notas 13b e c); e
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações contábeis (Nota 13b).

**o) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional.....	113	114
<b>Total de disponibilidades (caixa).....</b>	<b>113</b>	<b>114</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	-	622.934
<b>Total caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>113</b>	<b>623.048</b>

**5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	Em 31 de dezembro – R\$ mil						
	1 a 30 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2010	Total 2009
<b>Aplicações em mercado aberto:</b>							
Posição bancada (1).....	1.408.593	1.601.747	4.476.239	1.903.512	323.902	9.713.993	6.342.904
Debêntures.....	1.408.593	1.601.747	4.476.239	1.903.512	323.902	9.713.993	5.124.280
Outros.....	-	-	-	-	-	-	1.218.624
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.437.158</b>	<b>-</b>	<b>38.065.022</b>	<b>42.502.180</b>	<b>36.990.193</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	4.437.158	-	38.065.022	42.502.180	36.990.193
<b>Total em 2010.....</b>	<b>1.408.593</b>	<b>1.601.747</b>	<b>8.913.397</b>	<b>1.903.512</b>	<b>38.388.924</b>	<b>52.216.173</b>	
<b>Total em 2009.....</b>	<b>1.618.590</b>	<b>486.077</b>	<b>4.070.820</b>	<b>3.505.648</b>	<b>33.651.962</b>		<b>43.333.097</b>

(1) Prazo dos papéis que estão lastreado nas operações.

b) As receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez acumuladas no exercício corresponderam ao montante de R\$ 4.633.152 mil (2009 – R\$ 3.859.784 mil) e estão registradas em resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos na "Demonstração do Resultado do Exercício" (Nota 6b).

Continua...

...Continuação



## Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

##### a) Classificação por categorias e prazos

	2010					2009			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
<b>Títulos (1)</b>									
<b>Títulos para negociação</b>	<b>16.048</b>	<b>42.655</b>	<b>5.778</b>	<b>1.322.577</b>	<b>1.387.058</b>	<b>1.387.077</b>	<b>(19)</b>	<b>1.402.455</b>	<b>(23)</b>
Letras financeiras do tesouro	-	42.655	4.296	164.524	211.475	211.494	(19)	289.527	7
Certificados de depósito bancário	3.619	-	-	-	3.619	3.619	-	9.588	-
Debêntures	-	-	-	2.582	2.582	2.582	-	13.067	-
Letras do tesouro nacional	12.429	-	1.482	1.141.642	1.155.553	1.155.553	-	1.024.208	30
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.595	2.595	2.595	-	66.065	-
Outros	-	-	-	11.234	11.234	11.234	-	-	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>11.807</b>	<b>8.180</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.807</b>	<b>206</b>	<b>11.601</b>	<b>8.180</b>	<b>7.973</b>
Ações (3)	11.807	-	-	-	11.807	206	11.601	8.180	7.973
<b>Total em 2010</b>	<b>27.855</b>	<b>42.655</b>	<b>5.778</b>	<b>1.322.577</b>	<b>1.398.865</b>	<b>1.387.283</b>	<b>11.582</b>	<b>1.410.635</b>	<b>7.996</b>
<b>Total em 2009</b>	<b>8.180</b>	<b>1.021.333</b>	<b>30.266</b>	<b>350.856</b>					

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administradas pelo Conglomerado Bradesco foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e, no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas; e

(3) Em 2010 não foram realizadas perdas que não temporárias (2009 - R\$ 1.128 mil), para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

##### b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em		Carteira Banking				
	31 de dezembro - R\$ mil		Fatores de Riscos		(R\$ mil)		
	2010	2009	Período	Cenários (1)	Taxa de juros em Reais	Total sem correlação	Total com correlação
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.633.152	3.859.784	Dez10	1 (797)	(797)	(797)	(797)
Títulos de renda fixa	13.666	14.842		2 (233.205)	(233.205)	(233.205)	(233.205)
Títulos de renda variável	(42)	(241)		3 (452.223)	(452.223)	(452.223)	(452.223)
Fundos de investimento	113.591	103.962	Set10	1 (382)	(382)	(382)	(382)
<b>Total</b>	<b>4.760.367</b>	<b>3.978.347</b>		2 (110.088)	(110.088)	(110.088)	(110.088)
				3 (211.399)	(211.399)	(211.399)	(211.399)
			Jun10	1 (379)	(379)	(379)	(379)
				2 (109.212)	(109.212)	(109.212)	(109.212)
				3 (209.587)	(209.587)	(209.587)	(209.587)
			Mar10	1 (318)	(318)	(318)	(318)
				2 (91.920)	(91.920)	(91.920)	(91.920)
				3 (176.463)	(176.463)	(176.463)	(176.463)
			Dez09	1 (417)	(417)	(417)	(417)
				2 (120.910)	(120.910)	(120.910)	(120.910)
				3 (231.922)	(231.922)	(231.922)	(231.922)
			Definição	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros			

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e análises que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 12,05% a.a.

**Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 15,05% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas.

**Cenário 3:** Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 18,06% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas.

#### 7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

##### a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:

- Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e
- Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

##### b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Arrendamentos financeiros a receber	7.403.269	6.217.585
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(7.296.593)	(6.102.586)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	13.264.176	10.858.212
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(3.238.141)	(2.543.844)
- Depreciações acumuladas	(5.836.030)	(4.496.123)
- Superveniência de depreciação	2.597.889	1.952.279
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b)	(3.108.620)	(2.393.325)
<b>Total do valor presente</b>	<b>7.024.091</b>	<b>6.036.042</b>

##### c) Carteiras e prazos

	Curso normal						Total em	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010 (A)	2009 (A)
Operações de arrendamento mercantil	358.384	335.620	275.637	826.339	1.385.309	3.402.244	6.583.533	5.538.295
Outros créditos (1)	227	224	222	654	1.253	6.901	9.481	9.969
<b>Total em 2010</b>	<b>358.611</b>	<b>335.844</b>	<b>275.859</b>	<b>826.993</b>	<b>1.386.562</b>	<b>3.409.145</b>	<b>6.593.014</b>	<b>5.548.264</b>
<b>Total em 2009</b>	<b>319.014</b>	<b>294.912</b>	<b>228.429</b>	<b>718.216</b>	<b>1.176.165</b>	<b>2.811.528</b>		

	Curso anormal					Total em	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 720 dias	2010 (B)	2009 (B)
Operações de arrendamento mercantil	17.459	14.717	9.039	15.770	12.248	69.233	79.031
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total em 2010</b>	<b>17.459</b>	<b>14.717</b>	<b>9.039</b>	<b>15.770</b>	<b>12.248</b>	<b>69.233</b>	<b>79.031</b>
<b>Total em 2009</b>	<b>18.563</b>	<b>15.637</b>	<b>10.664</b>	<b>20.256</b>	<b>13.911</b>		

	Curso anormal						Total geral em	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010 (C)	2009 (C)
Operações de arrendamento mercantil	17.208	18.282	16.014	46.374	79.804	193.643	371.325	418.716
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	9.481
<b>Total em 2010</b>	<b>17.208</b>	<b>18.282</b>	<b>16.014</b>	<b>46.374</b>	<b>79.804</b>	<b>193.643</b>	<b>371.325</b>	<b>418.716</b>
<b>Total em 2009</b>	<b>18.301</b>	<b>19.652</b>	<b>16.940</b>	<b>50.067</b>	<b>87.097</b>	<b>226.659</b>	<b>418.716</b>	<b>6.046.011</b>

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.

##### d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2010	%	2009	%
Maior devedor	56.425	0,8	54.064	0,9
Vinte maiores devedores	473.328	6,7	491.634	8,1

Continuação



**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**e) Setor de atividade econômica**

	2010		2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>Setor público</b> .....	<b>13.544</b>	<b>0,2</b>	<b>46.520</b>	<b>0,8</b>
Intermediários financeiros.....	13.544	0,2	46.520	0,8
<b>Setor privado</b> .....	<b>7.020.028</b>	<b>99,8</b>	<b>5.999.491</b>	<b>99,2</b>
<b>Indústria</b> .....	<b>1.277.121</b>	<b>18,2</b>	<b>1.198.092</b>	<b>19,8</b>
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica.....	294.641	4,0	270.539	4,4
Alimentícia e bebidas.....	213.603	3,0	224.647	3,7
Artigos de borracha e plásticos.....	116.784	1,7	111.224	1,8
Edição, impressão e reprodução.....	94.354	1,3	59.432	1,0
Extração de minerais metálicos e não metálicos.....	89.125	1,3	88.470	1,5
Móveis e produtos de madeira.....	82.383	1,2	55.363	0,9
Materiais não metálicos.....	81.112	1,2	42.882	0,7
Química.....	70.726	1,0	76.999	1,3
Têxtil e confecções.....	68.291	1,0	65.070	1,1
Autopeças e acessórios.....	41.234	0,6	39.607	0,7
Eletroeletrônica.....	36.979	0,5	40.642	0,7
Papel e celulose.....	29.583	0,4	25.800	0,4
Refino de petróleo e produção de álcool.....	22.559	0,3	36.394	0,6
Artefatos de couro.....	13.413	0,2	8.763	0,1
Veículos leves e pesados.....	11.794	0,2	11.819	0,2
Demais indústrias.....	20.541	0,3	40.441	0,7
<b>Comércio</b> .....	<b>1.483.797</b>	<b>21,1</b>	<b>1.124.306</b>	<b>18,5</b>
Produtos em lojas especializadas.....	477.878	6,8	364.578	6,0
Produtos alimentícios, bebidas e fumo.....	195.597	2,8	197.529	3,3
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores.....	134.210	1,9	55.061	0,9
Varejistas não especializadas.....	128.965	1,8	85.612	1,4
Resíduos e sucatas.....	120.375	1,7	79.673	1,3
Artigos de uso pessoal e doméstico.....	68.405	1,0	70.387	1,2
Intermediário do comércio.....	66.990	1,0	32.487	0,5
Combustíveis.....	64.372	0,9	49.975	0,8
Veículos a automotores.....	63.460	0,9	48.216	0,8
Atacadista de mercadorias em geral.....	56.557	0,8	58.532	1,0
Vestuário e calçados.....	41.845	0,6	36.564	0,6
Produtos agropecuários.....	10.276	0,1	7.867	0,1
Demais comércios.....	54.867	0,8	37.825	0,6
<b>Intermediários financeiros</b> .....	<b>17.405</b>	<b>0,2</b>	<b>5.416</b>	<b>0,1</b>
<b>Serviços</b> .....	<b>3.142.486</b>	<b>44,7</b>	<b>2.749.689</b>	<b>45,5</b>
Transportes e armazenagens.....	1.166.357	16,6	1.086.906	18,1
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.....	706.891	10,0	603.002	10,0
Construção civil.....	534.182	7,6	453.900	7,4
Atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial.....	184.619	2,6	106.700	1,8
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social.....	166.074	2,4	164.844	2,7
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas.....	106.782	1,5	95.943	1,6
Alojamento e alimentação.....	65.890	0,9	55.660	0,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água.....	19.036	0,3	3.495	0,1
Telecomunicações.....	18.271	0,3	18.150	0,3
Demais serviços.....	174.384	2,5	191.089	3,2
<b>Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal</b> .....	<b>101.146</b>	<b>1,4</b>	<b>94.239</b>	<b>1,6</b>
<b>Pessoafísica</b> .....	<b>998.073</b>	<b>14,2</b>	<b>827.749</b>	<b>13,7</b>
<b>Total</b> .....	<b>7.033.572</b>	<b>100,0</b>	<b>6.046.011</b>	<b>100,0</b>

**f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco**

Nível de risco	Saldo da Carteira				Provisão mínima requerida				
	Curso normal	Curso anormal	Total (3)	%	Específica (1)		Genérica (2)	Total	
					Vencidas	Vincendas		2010	2009
AA.....	122.275	-	122.275	1,7	-	-	-	-	-
A.....	658.692	-	658.692	9,4	-	-	3.293	3.293	3.090
B.....	1.326.515	7.890	1.334.405	19,0	4	75	13.265	13.344	14.083
C.....	4.247.532	95.464	4.342.996	61,7	211	2.653	127.426	130.290	97.865
<b>Subtotal</b> .....	<b>6.355.014</b>	<b>103.354</b>	<b>6.458.368</b>	<b>91,8</b>	<b>215</b>	<b>2.728</b>	<b>143.984</b>	<b>146.927</b>	<b>115.038</b>
D.....	119.511	84.471	203.982	2,9	819	7.628	11.951	20.398	20.143
E.....	22.578	54.439	77.017	1,1	2.135	14.197	6.774	23.106	25.420
F.....	28.296	33.689	61.985	0,9	2.786	14.059	14.148	30.993	35.958
G.....	11.351	24.871	36.222	0,5	3.406	14.003	7.946	25.355	32.734
H.....	56.264	139.734	195.998	2,9	38.100	103.634	56.264	185.998	197.028
<b>Subtotal</b> .....	<b>238.000</b>	<b>337.204</b>	<b>575.204</b>	<b>8,2</b>	<b>45.246</b>	<b>153.521</b>	<b>97.083</b>	<b>295.850</b>	<b>311.281</b>
<b>Total em 2010</b> .....	<b>6.593.014</b>	<b>440.558</b>	<b>7.033.572</b>	<b>100,0</b>	<b>45.461</b>	<b>156.249</b>	<b>241.067</b>	<b>442.777</b>	<b>426.319</b>
%.....	93,7	6,3	100,0		10,3	35,3	54,4	100,0	
<b>Total em 2009</b> .....	<b>5.548.264</b>	<b>497.747</b>	<b>6.046.011</b>	<b>100,0</b>	<b>52.708</b>	<b>175.870</b>	<b>197.741</b>	<b>426.319</b>	<b>100,0</b>
%.....	91,8	8,2	100,0		12,4	41,2	46,4	100,0	

- (1) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;
- (3) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, e dos resíduos parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente; e
- (4) Em dezembro de 2009, a Bradesco Leasing cedeu operações de arrendamento mercantil ao Banco Alvorada S.A., sem coobrigação, pelo valor presente de R\$ 1.624.579, que representava o valor contábil na data da operação, tendo recebido o recurso à vista.

**g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>426.319</b>	<b>237.661</b>
- Provisão específica (1).....	228.578	72.604
- Provisão genérica (2).....	197.741	165.057
Provisão.....	32.901	196.046
Baixas.....	(16.443)	(7.388)
<b>Saldo final</b> .....	<b>442.777</b>	<b>426.319</b>
- Provisão específica (1).....	201.710	228.578
- Provisão genérica (2).....	241.067	197.741
Recuperação de créditos baixados (3).....	52.795	15.046
Renegociação de créditos no exercício.....	162.114	225.653

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
- (3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

**8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Créditos tributários (Nota 22c).....	348.235	362.434
Devedores por depósitos em garantia.....	365.197	323.258
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	43.285	85.551
Pagamentos a ressarcir.....	20.498	23.117
Devedores por compra de valores e bens.....	9.481	9.969
Outros.....	12.887	21.327
<b>Total</b> .....	<b>799.583</b>	<b>825.656</b>

**9) INVESTIMENTOS**

**a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas":**

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	2010	2009	Acções	Cotas	2010	2009
Aquarius Holdings Ltda. (1).....	32.658	56.559	-	6.368	11.029	10.378
Serel Participações em Imóveis S.A. (1).....	53.778	1.010.600	257	-	17.467	15.860
<b>Total</b> .....	<b>86.436</b>	<b>1.067.159</b>	<b>257</b>	<b>-</b>	<b>28.496</b>	<b>26.238</b>

- (1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2010; e
- (2) Ajuste decorrente de avaliação; considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

**b) Outros investimentos:**

Aplicações por incentivos fiscais	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2010	2009	Imóveis de uso:		Valor residual		2009
			Taxa	Custo	Depreciação	2010	
- Terrenos.....	25.989	28.837	-	2.714	-	2.714	2.741
- Edificações.....	2	70	4%	22.342	(17.659)	4.683	5.748
Outros investimentos.....	1.045	1.047	20%	155	(155)	-	-
<b>Subtotal</b> .....	<b>27.036</b>	<b>29.954</b>					
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(21.468)					
<b>Total</b> .....	<b>7.457</b>	<b>8.486</b>					

**10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2010	2009	Imóveis de uso:		Valor residual		2009
			Taxa	Custo	Depreciação	2010	
- Terrenos.....	25.989	28.837	-	2.714	-	2.714	2.741
- Edificações.....	2	70	4%	22.342	(17.659)	4.683	5.748
Outras imobilizações de uso.....	1.045	1.047	20%	155	(155)	-	-
<b>Subtotal</b> .....	<b>27.036</b>	<b>29.954</b>					
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(21.468)					
<b>Total em 2010</b> .....	<b>7.457</b>	<b>8.486</b>					
<b>Total em 2009</b> .....	<b>7.457</b>	<b>8.486</b>					

Continuação



## Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	2010	2009
Junho/2002 (1)	1.200.000	2012	100% CDI	3.956.795	3.605.522
Fevereiro/2005 (2)	4.000.000	2025	100% CDI	8.180.369	7.454.137
Mai/2005 (3)	3.000.000	2011	104% CDI	3.053.040	3.042.277
Fevereiro/2005 (4)	4.050.000	2025	100% CDI	8.282.624	7.547.315
Fevereiro/2005 (5)	8.775.000	2025	100% CDI	17.945.686	16.352.513
Janeiro/2008 (6)	6.750.000	2028	100% CDI	9.143.912	8.332.139
<b>Total</b>	<b>27.775.000</b>			<b>50.562.426</b>	<b>46.333.903</b>

- (1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2002/036, nominativas, 1.200.000 (9a emissão), com valor unitário de R\$ 1.000,00 com data de emissão em 1º de junho de 2002, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 10 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões;  
(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1a emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
(3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2a emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1º de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e com prazo de 6 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente;  
(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3a emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão;  
(5) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4a emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão;  
(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5a emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

#### 12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos
FINAME	18.321	31.269	44.516	75.808	170.396	39.342
<b>Total em 2010</b>	<b>18.321</b>	<b>31.269</b>	<b>44.516</b>	<b>75.808</b>	<b>170.396</b>	<b>39.342</b>
%	4,8	8,2	11,7	20,0	44,9	10,4
<b>Total em 2009</b>	<b>23.144</b>	<b>39.713</b>	<b>58.066</b>	<b>103.520</b>	<b>233.757</b>	<b>48.677</b>
%	4,6	7,8	11,5	20,4	46,1	9,6

#### 13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

##### a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

##### b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas, levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

##### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

##### II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

##### III - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPMF - R\$ 96.454 mil (2009 - R\$ 91.712 mil); pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

#### IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
<b>No início do exercício de 2010</b>	<b>503</b>	<b>52.227</b>	<b>191.606</b>
Atualização monetária			10.765
Constituições líquidas de reversões e baixas (2) ...	(291)	4.830	(23.246)
Pagamentos		(928)	
<b>No final do exercício de 2010 (Nota 14)</b>	<b>212</b>	<b>56.129</b>	<b>179.125</b>

- (1) Compreende, substancialmente, obrigações legais; e  
(2) A rubrica "Fiscais e Previdenciárias" inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

##### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, e se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos correspondem a R\$ 42.555 mil (2009 - R\$ 44.209 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

#### 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)	179.125	191.606
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	691.182	519.354
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	27.228	36.062
Impostos e contribuições a recolher	13.375	8.802
<b>Total</b>	<b>910.910</b>	<b>755.824</b>

#### b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Credores por antecipação de valor residual	3.108.620	2.393.325
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 13b)	56.129	52.227
Obrigações por aquisição de bens e direitos	5.892	26.368
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 13b)	212	1.603
Outras	58.871	52.595
<b>Total</b>	<b>3.229.724</b>	<b>2.525.018</b>

#### 15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 7.127.800 mil (2009 - R\$ 2.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 (2009 - 9.605) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

##### b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2010	2009	2010	2009
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>9.605</b>	<b>2.127.800</b>	<b>9.605</b>	<b>2.127.800</b>
Aumento por subscrição - AGE 14.06.2010 (1)	13.817	5.000.000	13.817	5.000.000
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>23.422</b>	<b>7.127.800</b>	<b>23.422</b>	<b>7.127.800</b>

- (1) Em 14 de junho de 2010 o BACEN homologou Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2010, deliberando aumentar o capital social em R\$ 5.000.000 mil, mediante a emissão de 13.817 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 361.879,77 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição, elevando-o de R\$ 2.127.800 mil para R\$ 7.127.800 mil.

##### c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
<b>Reservas de lucros</b>	<b>1.658.414</b>	<b>1.217.515</b>
- Reserva Legal (1)	108.754	79.842
- Reservas Estatutárias (2)	1.549.660	1.137.673

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e  
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

##### d) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas, estão assegurados dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
<b>Lucro líquido</b>	<b>578.227</b>	<b>369.696</b>
<b>Reserva legal</b>	<b>(28.912)</b>	<b>(18.485)</b>
Base de cálculo	549.315	351.213
Dividendos provisionados (25%)	137.328	87.804
Quantidade de ações	23.422	9.605
Valor por ação (Em Reais)	5.863,21	9.141,49

Os dividendos de 2009 foram prorrogados para pagamento até o final do exercício de 2011, conforme Ata de Reunião da Diretoria de 23 de dezembro de 2010.

#### 16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - Em R\$ mil	2010
Emolumentos judiciais e cartórios	13.123	9.291
Serviços técnicos especializados	5.888	5.178
Processamento de dados	4.084	3.546
Serviços do sistema financeiro	1.581	921
Depreciações e amortizações	897	958
Propaganda, promoções e publicidade	1.187	838
Serviços de terceiros	373	185
Apreensão de bens	3.023	328
Outras	530	537
<b>Total</b>	<b>30.686</b>	<b>21.782</b>

#### 17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - Em R\$ mil	2010
COFINS	44.393	34.439
PIS	7.214	5.597
ISS	7.709	7.821
Outras	821	1.227
<b>Total</b>	<b>59.937</b>	<b>49.084</b>

#### 18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - Em R\$ mil	2010
Variações monetárias ativas	41.341	47.267
Ativos contratuais	14.343	14.827
Reversão de outras provisões operacionais	5.697	4.206
Repetição de Inédito - FINSOCIAL (Juros e Principal)	6.524	2.779
Outras (1)	1.659	70.199
<b>Total</b>	<b>69.564</b>	<b>139.278</b>

- (1) Em 2009, contempla, substancialmente, a adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários.

#### 19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - Em R\$ mil	2010
Variações monetárias passivas	12.629	25.437
Provisões para contingências	6.299	20.077
Descontos concedidos	16.956	11.472
Doações - Lei Rouanet	2.968	-
Outras	960	7
<b>Total</b>	<b>39.812</b>	<b>56.993</b>

#### 20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - Em R\$ mil	2010
Resultado na alienação de outros valores e bens	(18.591)	(5.475)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(17.557)	(13.570)
Aluguéis	106	138
Outros	-	313
<b>Total</b>	<b>(36.042)</b>	<b>(18.594)</b>

#### 21) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

##### a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2010	2009	2010	2009
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades:</b>				
Banco Bradesco S.A.	113	114	-	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>				
Banco Bradesco S.A.	42.502.180	36.990.193	3.804.500	3.104.770
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>				
Banco Bradesco S.A.	9.713.993	6.342.904	828.652	755.014
<b>Dividendos:</b>				
Banco Bradesco S.A.	(335.884)	(198.555)	-	-
Outras Coligadas	2.871	2.855	-	-
<b>Debêntures:</b>				
Banco Bradesco S.A.	(49.819.298)	(45.593.451)	(4.442.433)	(4.098.400)
<b>Aluguel:</b>				
Banco Bradesco S.A.	-	-	106	138

Continua...

Continuação



**Bradesco Leasing**

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

**Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

**Participação acionária**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária na Instituição em 31 de dezembro de 2010:

Ações ordinárias.....	0,06%
Ações preferenciais.....	-
<b>Total de ações.....</b>	<b>0,06%</b>

**22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - Em R\$ mil	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	982.254	582.044	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1).....	(392.902)	(232.818)	
<b>Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>			
Participações em coligadas.....	912	814	
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(17.006)	14.508	
Outros valores.....	4.969	5.150	
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício.....</b>	<b>(404.027)</b>	<b>(212.346)</b>	

(1) A alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3h).

**b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - Em R\$ mil	2010	2009
<b>Impostos correntes:</b>			
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(389.828)	(261.922)	
<b>Impostos diferidos:</b>			
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	14.667	61.859	
<b>Utilização de saldos iniciais de:</b>			
Prejuízo fiscal.....	(28.866)	(12.283)	
Total dos impostos diferidos.....	(14.199)	49.576	
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício.....</b>	<b>(404.027)</b>	<b>(212.346)</b>	

**c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	R\$ mil		R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2009	Consti-tuição	Realização	Saldo em 31.12.2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	173.995	13.418	257	187.156
Provisão para contingências cíveis.....	20.891	2.246	686	22.451
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas.....	49.146	3.559	2.530	50.175
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	5.632	-	755	4.877
Agio amortizado.....	1.324	-	1.324	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	11.385	7.778	6.646	12.517
Outros valores.....	25.805	182	318	25.669
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....</b>	<b>288.178</b>	<b>27.183</b>	<b>12.516</b>	<b>302.845</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.....	74.256	-	28.866	45.390
<b>Total dos créditos tributários (Nota 8).....</b>	<b>362.434</b>	<b>27.183</b>	<b>41.382</b>	<b>348.235</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e).....</b>	<b>519.354</b>	<b>178.750</b>	<b>6.922</b>	<b>691.182</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....</b>	<b>(156.920)</b>	<b>(151.567)</b>	<b>34.660</b>	<b>(342.947)</b>

**d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35**

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Total
2011.....	60.834	35.763	96.597
2012.....	60.834	35.763	96.597
2013.....	56.674	33.689	90.363
2014.....	6.053	3.591	9.644
2015.....	6.053	3.591	9.644
<b>Total.....</b>	<b>190.448</b>	<b>112.397</b>	<b>302.845</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 328.010 mil (2009 - R\$ 339.871 mil) sendo, R\$ 283.593 mil (2009 - R\$ 267.219 mil) de diferenças temporárias e R\$ 44.417 mil (2009 - R\$ 72.652 mil) de prejuízo fiscal.

**e) Obrigações fiscais diferidas**

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 691.182 mil (2009 - R\$ 519.354 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 649.472 mil (2009 - R\$ 488.070 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 35.654 mil (2009 - R\$ 26.395 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 4.751 mil (2009 - R\$ 3.317 mil) e reserva de reavaliação R\$ 1.305 mil (2009 - R\$ 1.572 mil), respectivamente.

**23) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

**DIRETORIA**

**Conselho de Administração**

<b>Presidente</b> Lázaro de Mello Brandão	<b>Membros</b> Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
<b>Vice-Presidente</b> Antônio Borna	

**Diretoria**

<b>Diretor-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi	<b>Diretor de Relações com Investidores</b> Domingos Figueiredo de Abreu
<b>Diretores</b> Laércio Albino Cezar Arnaldo Alves Vieira Sérgio Socha Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Norberto Pinto Barbedo Domingos Figueiredo de Abreu	<b>Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5</b>

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores

**Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para opinião com ressalva**

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência de depreciação. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas ou despesas de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos  
Contador  
CRC 1SP171564/O-1

**TRAMONTINA SUDESTE S.A.**

Barueri - SP - CNPJ nº 61.652.608/0001-95

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Av. Aruanã, 684, Barueri/SP, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2010. Barueri, 22/02/2011.

Clovis Tramontina

Presidente do Conselho de Administração (22.23.24)

**Varig Logística S.A.**

CNPJ 04.066.143/0001-57 - Em Recuperação Judicial

**Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação**

Convocamos os Srs. acionistas a se reunirem em AGE, no dia 03/03/11, 11hs, em 1ª convocação e uma hora depois, em 2ª convocação, na Pça Comandante Linneu Gomes, s/n, JD Aeroporto, a fim de se discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Renúncia de membro do Conselho em 31/01/11; b) Renegociação com Infratero referente aos Terminais de Cargas. SP, 22/02/11. Chan Lup Wai Chira - Presidente.

22.23.24/02/2011

**Renk Zanini S.A.**

**Equipamentos Industriais**

CNPJ nº 47.038.294/0001-04

**Assembleia Geral Extraordinária - Convocação**

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGE, no dia 04 de Março de 2011, às 10:00 h, na sede social da Companhia, na Via Anhanguera, km 298, município de Cravinhos - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Outros assuntos de interesse da sociedade. Abertura de filial, Cravinhos, 19 de Fevereiro de 2011. Mauro Oscar dos Santos Cardoso - Diretor Superintendente.



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de VSas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 578.227 milhões, correspondendo a R\$ 24.687,35 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 8.793 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 9,56% sobre o PL médio.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 64.212 bilhões, destacando-se R\$ 52.216 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 7.024

bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente, e R\$ 5,431 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,109 bilhões.

O total de Captações, em 31 de dezembro, estava representado por R\$ 50,562 bilhões de Debêntures e R\$ 379,652 milhões de FINAME. No exercício, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
	2010	2009		2010	2009
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.712.182</b>	<b>11.305.005</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.619.536</b>	<b>2.219.977</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	113	114	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	<b>3.053.040</b>	<b>42.276</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	<b>14.151.151</b>	<b>9.681.135</b>	Recursos de Debêntures	3.053.040	42.276
Aplicações no Mercado Aberto	9.713.993	6.013.534	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	<b>169.914</b>	<b>224.443</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.437.158	3.667.601	FINAME	169.914	224.443
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	<b>1.398.865</b>	<b>1.410.635</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES	<b>2.396.582</b>	<b>1.953.258</b>
Carteira Própria	1.293.971	1.303.662	Sociais e Estatutárias	335.884	198.555
Vinculados à Prestação de Garantias	104.894	106.973	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	463.942	389.374
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	<b>(123.043)</b>	<b>(104.225)</b>	Negociação e Intermediação de Valores	15	15
Operações de Arrendamentos a Receber:			Diversas (Nota 14b)	1.596.741	1.365.314
- Setor Público	9.553	38.995			
- Setor Privado	3.122.168	2.640.292			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.025.661)	(2.564.821)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(229.103)	(218.691)	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>49.799.075</b>	<b>48.100.215</b>
OUTROS CRÉDITOS	<b>229.566</b>	<b>278.879</b>	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	<b>47.509.386</b>	<b>46.291.627</b>
Rendas a Receber	3.678	3.685	Recursos de Debêntures	47.509.386	46.291.627
Diversos (Nota 8)	225.965	275.264	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	<b>209.738</b>	<b>282.434</b>
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(77)	(70)	FINAME	209.738	282.434
OUTROS VALORES E BENS	<b>55.530</b>	<b>38.467</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES	<b>2.079.951</b>	<b>1.526.154</b>
Outros Valores e Bens	88.787	68.895	Sociais e Estatutárias	-	-
Provisões para Desvalorizações	(33.257)	(30.428)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	446.968	366.450
			Diversas (Nota 14b)	1.632.983	1.159.704
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>38.426.336</b>	<b>33.996.231</b>			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	<b>38.065.022</b>	<b>33.651.962</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>8.793.225</b>	<b>3.350.150</b>
Aplicações no Mercado Aberto	-	329.370	Capital:		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.065.022	33.322.592	- De Domiciliados no País	7.127.800	2.127.800
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	<b>(212.773)</b>	<b>(206.796)</b>	Reservas de Lucros	1.658.414	1.217.515
Operações de Arrendamentos a Receber:			Ajustes de Avaliação Patrimonial	7.011	4.835
- Setor Público	3.991	8.108			
- Setor Privado	4.272.988	3.541.845			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(4.276.362)	(3.549.420)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(213.390)	(207.329)			
OUTROS CRÉDITOS	<b>573.411</b>	<b>550.163</b>			
Diversos (Nota 8)	573.618	550.392			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(207)	(229)			
OUTROS VALORES E BENS	<b>676</b>	<b>902</b>			
Despesas Antecipadas	676	902			
<b>PERMANENTE</b>	<b>10.073.318</b>	<b>8.369.106</b>	<b>TOTAL</b>	<b>64.211.836</b>	<b>53.670.342</b>
INVESTIMENTOS (Nota 9)	<b>35.953</b>	<b>34.724</b>			
Participações em Coligadas:					
- No País	28.496	26.238			
Outros Investimentos	27.036	29.954			
Provisões para Perdas	(19.579)	(21.468)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	<b>7.397</b>	<b>8.489</b>			
Imóveis de Uso	11.117	11.479			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(17.814)	(17.084)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)	<b>10.029.968</b>	<b>8.325.893</b>			
Bens Arrendados	13.277.992	10.885.944			
Depreciações Acumuladas	(3.248.024)	(2.560.051)			
<b>TOTAL</b>	<b>64.211.836</b>	<b>53.670.342</b>	<b>TOTAL</b>	<b>64.211.836</b>	<b>53.670.342</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2010	2009
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.887.715</b>	<b>8.764.177</b>	<b>8.265.213</b>
Operações de Crédito	31.993	52.975	15.047
Operações de Arrendamento Mercantil	2.067.128	3.950.835	4.271.819
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	2.788.594	4.760.367	3.978.347
<b>DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(4.160.505)</b>	<b>(7.687.290)</b>	<b>(7.678.030)</b>
Operações de Captações no Mercado	(2.530.643)	(4.520.389)	(4.206.176)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.315)	(32.944)	(47.859)
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.613.131)	(3.101.056)	(3.227.949)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)	(2.416)	(32.901)	(196.046)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>727.210</b>	<b>1.076.887</b>	<b>587.183</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(35.824)</b>	<b>(58.591)</b>	<b>13.455</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(16.519)	(30.686)	(21.782)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(37.951)	(59.937)	(49.084)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	1.237	2.280	2.036
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	41.908	69.564	139.278
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(24.499)	(39.812)	(56.993)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>691.386</b>	<b>1.018.296</b>	<b>600.638</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>	<b>(12.970)</b>	<b>(36.042)</b>	<b>(18.594)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>678.416</b>	<b>982.254</b>	<b>582.044</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)</b>	<b>(277.398)</b>	<b>(404.027)</b>	<b>(212.346)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>401.018</b>	<b>578.227</b>	<b>369.698</b>
Número de ações (Nota 15b)	23.422	23.422	9.605
Lucro por ação em R\$	17.121,42	24.687,35	38.490,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Próprias			
<b>Saldos em 30.06.2010</b>	<b>7.127.800</b>	-	<b>88.703</b>	<b>1.263.935</b>	<b>5.001</b>	-	-	<b>8.485.439</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.010	-	-	<b>2.010</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	401.018	-	<b>401.018</b>
Destinações: - Reservas	-	-	20.051	285.725	-	-	(305.776)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(95.242)	<b>(95.242)</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>7.127.800</b>	-	<b>108.754</b>	<b>1.549.660</b>	<b>7.011</b>	-	-	<b>8.793.225</b>
<b>Saldos em 31.12.2008</b>	<b>2.127.340</b>	<b>460</b>	<b>61.357</b>	<b>874.264</b>	<b>3.038</b>	-	-	<b>3.066.459</b>
Homologação de Aumento de Capital	460	(460)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	1.797	-	-	<b>1.797</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	369.698	-	<b>369.698</b>
Destinações: - Reservas	-	-	18.485	263.409	-	-	(281.894)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(87.804)	<b>(87.804)</b>
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>2.127.800</b>	-	<b>79.842</b>	<b>1.137.673</b>	<b>4.835</b>	-	-	<b>3.350.150</b>
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>2.127.800</b>	-	<b>79.842</b>	<b>1.137.673</b>	<b>4.835</b>	-	-	<b>3.350.150</b>
Aumento de Capital por Subscrição	-	5.000.000	-	-	-	-	-	<b>5.000.000</b>
Homologação de Aumento de Capital	5.000.000	(5.000.000)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.176	-	-	<b>2.176</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	578.227	-	<b>578.227</b>
Destinações: - Reservas	-	-	28.912	411.987	-	-	(440.899)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(137.328)	<b>(137.328)</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>7.127.800</b>	-	<b>108.754</b>	<b>1.549.660</b>	<b>7.011</b>	-	-	<b>8.793.225</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2010	Exercícios findos em	
	2010	2009	2009
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>678.416</b>	<b>982.254</b>	<b>582.044</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido Antes dos Impostos:</b>	<b>1.271.168</b>	<b>2.478.248</b>	<b>2.815.233</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.416	32.901	196.046
Depreciações e Amortizações	1.611.137	3.089.392	3.220.778
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	6.797	13.692	(32.951)
Resultado de Participações em Coligadas	(1.237)	(2.280)	(2.036)
Superveniência de Depreciação	(355.528)	(672.166)	(585.215)
Prejuízo na Alienação de Bens Arrendados	7.129	16.252	3.913
Reversão de Provisão por Desvalorização de Ativos	(1.889)	(1.889)	1.128
Outros	2.343	2.346	13.570
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>1.949.584</b>	<b>3.460.502</b>	<b>3.397.277</b>
(Aumento/Redução) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.246.646)	(9.506.013)	(4.065.268)
(Aumento/Redução) em Títulos para Negociação	(114.028)	15.398	(141.856)
(Aumento/Redução) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	9.090	12.097	254.491
(Aumento/Redução) em Operações de Arrendamento Mercantil	(15.337)	(8.121)	(19.848)
(Aumento/Redução) em Outras Obrigações	239.286	643.992	492.310
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(138.973)	(187.720)	(106.972)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais</b>	<b>(317.024)</b>	<b>(5.569.865)</b>	<b>(189.866)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
(Aumento/Redução) em Títulos Disponíveis para Venda	(1.340)	(1.451)	(2.311)
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(2.380.359)	(4.937.173)	(5.596.244)
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	406.270	790.410	2.554.337
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(37.043)	(58.985)	(67.462)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	25.690	52.226	21.779
Alienação de Investimentos	574	574	1.230
Dividendos Recebidos de Coligadas	23	30	7
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.986.185)</b>	<b>(4.154.369)</b>	<b>(3.088.664)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Aumento de Capital em Dinheiro/Incorporação de Ações	-	5.000.000	-
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	2.370.390	4.228.523	3.876.383
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(67.146)	(127.224)	(140.077)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Financiamentos</b>	<b>2.303.244</b>	<b>9.101.299</b>	<b>3.736.306</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>35</b>	<b>(622.935)</b>	<b>457.776</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>78</b>	<b>623.048</b>	<b>165.272</b>
In			

...Continuação



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

### 3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

#### e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra riscos ("hedge") ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, bem como, para o atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

#### g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

##### I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

##### II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG estabelecido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

##### III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

##### IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

##### V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" e "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente, no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

##### VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("accrual") destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

##### h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

##### i) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no ativo de acordo com o princípio da competência.

##### j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para perda e da redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

##### k) Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

##### l) Diferido

Registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357 do BACEN.

##### m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

##### n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Notas 13b e c); e
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações contábeis (Nota 13b).

##### o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando o valor líquido necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional	113	114
Total de disponibilidades (caixa)	113	114
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	622.934
Total caixa e equivalentes de caixa	113	623.048

### 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

#### a) Vencimentos

Aplicações no mercado aberto:	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2010		2009		Total	
	1 a 30 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Pós-fixada bancada (1)	1.408.593	1.601.747	4.476.239	1.903.512	323.902	9.713.993
Debêntures	1.408.593	1.601.747	4.476.239	1.903.512	323.902	9.713.993
Outros	-	-	-	-	-	1.218.624
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	4.437.158	-	38.065.022	42.502.180
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	4.437.158	-	38.065.022	42.502.180
Total em 2010	1.408.593	1.601.747	8.913.397	1.903.512	38.388.924	52.216.173
Total em 2009	1.618.590	486.077	4.070.820	3.505.648	33.651.962	43.333.097

(1) Prazo dos papéis que estão lastreando as operações.

b) As receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez acumuladas no exercício corresponderam ao montante de R\$ 4.633.152 mil (2009 - R\$ 3.859.784 mil) e estão registradas em resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos na "Demonstração do Resultado do Exercício" (Nota 6b).

### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2010		2009		Valor de mercado - R\$ mil				
Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	16.048	42.655	5.778	1.322.577	1.387.058	1.387.077	(19)	1.402.455	23
Letras financeiras do tesouro	-	42.655	4.296	164.524	211.475	211.494	(19)	289.527	(7)
Certificados de depósito bancário	3.619	-	-	-	3.619	3.619	-	9.588	-
Debêntures	-	-	-	2.582	2.582	2.582	-	13.067	-
Letras do tesouro nacional	12.429	-	1.482	1.141.642	1.155.553	1.155.553	-	1.024.208	30
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.595	2.595	2.595	-	66.065	-
Outros	-	-	-	11.234	11.234	11.234	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	11.807	-	-	-	11.807	206	11.601	8.180	7.973
Ações (3)	11.807	-	-	-	11.807	206	11.601	8.180	7.973
Total em 2010	27.855	42.655	5.778	1.322.577	1.398.865	1.387.283	11.582		
Total em 2009	8.180	1.021.333	30.266	350.856				1.410.635	7.996

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administradas pelo Conglomerado Bradesco foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e, no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas; e

(3) Em 2010 não foram realizadas perdas que não temporárias (2009 - R\$ 1.128 mil), para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

#### b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.633.152	3.859.784
Títulos de renda fixa	13.666	14.842
Títulos de renda variável	(42)	(241)
Fundos de investimento	113.591	103.962
Total	4.760.367	3.978.347

#### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

#### Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

Como boa prática de governança de gestão de risco, a Organização Bradesco possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de riscos são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas à *hedge* de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

De acordo com a natureza das suas atividades, a empresa Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações *Banking* e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

Período	Carteira <i>Banking</i> Fatores de Riscos			
	Cenários (1)	Taxa de juros em Reais	Total sem correlação	Total com correlação
Dez10	1	(797)	(797)	(797)
	2	(233.205)	(233.205)	(233.205)
	3	(452.223)	(452.223)	(452.223)
Set10	1	(382)	(382)	(382)
	2	(110.088)	(110.088)	(110.088)
	3	(211.399)	(211.399)	(211.399)
Jun10	1	(379)	(379)	(379)
	2	(109.212)	(109.212)	(109.212)
	3	(209.587)	(209.587)	(209.587)



**Bradesco**  
Leasing

# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Saldo da Carteira				Provisão mínima requerida					
	Curso normal		Curso anormal		Específica (1)		Genérica (2)		Total	
	2010	2009	2010	2009	Vencidas	Vencidas	2010	2009	%	
AA	122.275	-	122.275	1,7	-	-	-	-	-	-
A	658.692	-	658.692	9,4	-	-	3.293	3.293	3.090	0,5
B	1.325.515	7.890	1.334.405	19,0	4	75	13.265	13.344	14.083	1,0
C	4.247.532	95.464	4.342.996	61,7	211	2.653	127.426	130.290	97.865	3,0
<b>Subtotal</b>	<b>6.355.014</b>	<b>103.354</b>	<b>6.458.368</b>	<b>91,8</b>	<b>215</b>	<b>2.728</b>	<b>143.984</b>	<b>146.927</b>	<b>115.038</b>	
D	119.511	84.471	203.982	2,9	819	7.628	11.951	20.398	20.143	10,0
E	22.578	54.439	77.017	1,1	2.135	14.197	6.774	23.106	25.420	30,0
F	28.296	33.689	61.985	0,9	2.786	14.059	14.148	30.993	35.958	50,0
G	11.351	24.871	36.222	0,5	3.406	14.003	7.946	25.355	32.734	70,0
H	56.264	139.734	195.998	2,8	36.100	103.634	56.264	195.998	197.026	100,0
<b>Subtotal</b>	<b>238.000</b>	<b>337.204</b>	<b>575.204</b>	<b>8,2</b>	<b>45.246</b>	<b>153.521</b>	<b>97.083</b>	<b>295.850</b>	<b>311.281</b>	
<b>Total em 2010</b>	<b>6.593.014</b>	<b>440.558</b>	<b>7.033.572</b>	<b>100,0</b>	<b>45.461</b>	<b>156.249</b>	<b>241.067</b>	<b>442.777</b>		
<b>Total em 2009</b>	<b>93,7</b>	<b>6,3</b>	<b>100,0</b>		<b>10,3</b>	<b>35,3</b>	<b>54,4</b>	<b>100,0</b>		
<b>%</b>	<b>91,8</b>	<b>8,2</b>	<b>100,0</b>		<b>12,4</b>	<b>41,2</b>	<b>46,4</b>	<b>100,0</b>		

- Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;
- Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, e dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente; e
- Em dezembro de 2009, a Bradesco Leasing cedeu operações de arrendamento mercantil ao Banco Alvorada S.A., sem coobrigação, pelo valor presente de R\$ 1.624.579, que representava o valor contábil na data da operação, tendo recebido o recurso à vista.

### g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
<b>Saldo inicial</b>	<b>426.319</b>	<b>237.661</b>
- Provisão específica (1)	228.578	72.604
- Provisão genérica (2)	197.741	165.057
Provisão	32.901	196.046
Baixas	(16.443)	(7.388)
<b>Saldo final</b>	<b>442.777</b>	<b>426.319</b>
- Provisão específica (1)	201.710	228.578
- Provisão genérica (2)	241.067	197.741
<b>Recuperação de créditos baixados (3)</b>	<b>52.795</b>	<b>15.046</b>
<b>Renegociação de créditos no exercício</b>	<b>162.114</b>	<b>225.653</b>

- Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
- Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

### h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Veículos e afins	8.162.539	6.358.130
Máquinas e equipamentos	3.757.973	3.470.513
Outros	1.246.334	959.473
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3g - IV)	111.146	97.828
<b>Total de bens arrendados</b>	<b>13.277.992</b>	<b>10.885.944</b>
Depreciação acumulada de bens arrendados	(5.845.913)	(4.512.330)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	2.597.889	1.952.279
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>(3.248.024)</b>	<b>(2.560.051)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>10.029.968</b>	<b>8.325.893</b>

A Bradesco Leasing apurou no período superveniência de depreciação no montante de R\$ 645.610 mil (2009 - R\$ 567.109 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ (26.556) mil (2009 - R\$ (18.106) mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 672.166 mil (2009 - R\$ 585.215 mil) em resultado do período.

### 8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Créditos tributários (Nota 22c)	348.235	362.434
Devedores por depósitos em garantia	365.197	323.258
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	43.285	85.551
Pagamentos a ressarcir	20.498	23.117
Devedores por compra de valores e bens	9.481	9.969
Outros	12.887	21.327
<b>Total</b>	<b>799.583</b>	<b>825.656</b>

### 9) INVESTIMENTOS

#### a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas":

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		% Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	2010	2009	2010	2009			2010	2009	2010	2009
Aquarius Holdings Ltda. (1)	32.658	56.559	-	6.368	19,500	3.367	11.029	10.378	657	631
Serel Participações em Imóveis S.A. (1)	53.778	1.010.600	257	-	1,781	91.145	17.467	15.860	1.623	1.405
<b>Total</b>							<b>28.496</b>	<b>26.238</b>	<b>2.280</b>	<b>2.036</b>

- Dados relativos a 31 de dezembro de 2010; e
- Ajuste decorrente de avaliação: considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

#### b) Outros investimentos:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	28.837
Títulos patrimoniais	2	70
Outros investimentos	1.045	1.047
<b>Subtotal</b>	<b>27.036</b>	<b>29.954</b>
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(21.468)
<b>Total</b>	<b>7.457</b>	<b>8.486</b>

### 10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

	Taxa	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2010	2009
Imóveis de uso:					
- Terrenos	-	2.714	-	2.714	2.741
- Edificações	4%	22.342	(17.659)	4.683	5.748
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-	-
Imobilizado de Arrendamento		13.277.992	(3.248.024)	10.029.968	8.325.893
<b>Total em 2010</b>		<b>13.303.203</b>	<b>(3.265.838)</b>	<b>10.037.365</b>	<b>8.334.382</b>
<b>Total em 2009</b>		<b>10.911.517</b>	<b>(2.577.135)</b>		<b>8.334.382</b>

### 11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação		Vencimento		Remuneração		Valor contábil	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Junho/2002 (1)	1.200.000	2012	100% CDI	3.956.795	3.605.522			
Fevereiro/2005 (2)	4.000.000	2025	100% CDI	8.180.369	7.454.137			
Maiço/2005 (3)	3.000.000	2011	104% CDI	3.053.040	3.042.277			
Fevereiro/2005 (4)	4.050.000	2025	100% CDI	8.282.624	7.547.315			
Fevereiro/2005 (5)	8.775.000	2025	100% CDI	17.945.686	16.352.513			
Janeiro/2008 (6)	6.750.000	2028	100% CDI	9.143.912	8.332.139			
<b>Total</b>	<b>27.775.000</b>			<b>50.562.426</b>	<b>46.333.903</b>			

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2002/036, nominativas, 1.200.000 (9ª emissão), com valor unitário de R\$ 1.000,00 com data de emissão em 1º de junho de 2002, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 10 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões;
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1º de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e com prazo de 6 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente;
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com uma utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão;
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão; e
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

### 12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2010	2009
FINAME	18.321	31.269	44.516	75.808	170.396	39.342	379.652	506.877
<b>Total em 2010</b>	<b>18.321</b>	<b>31.269</b>	<b>44.516</b>	<b>75.808</b>	<b>170.396</b>	<b>39.342</b>	<b>379.652</b>	<b>506.877</b>
%	4,8	8,2	11,7	20,0	44,9	10,4	100,0	
<b>Total em 2009</b>	<b>23.144</b>	<b>39.713</b>	<b>58.066</b>	<b>103.520</b>	<b>233.757</b>	<b>48.677</b>	<b>506.877</b>	<b>506.877</b>
%	4,6	7,8	11,5	20,4	46,1	9,6	100,0	

### 13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

**a) Ativos contingentes**  
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas, levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

#### II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### III - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPMF - R\$ 96.454 mil (2009 - R\$ 91.712 mil); pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

#### IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
<b>No início do exercício de 2010</b>	<b>503</b>	<b>52.227</b>	<b>191.606</b>
Atualização monetária	-	-	10.765
Constituições líquidas de reversões e baixas (2)	(291)	4.830	(23.246)
Pagamentos	-	(928)	-
<b>No final do exercício de 2010 (Nota 14)</b>	<b>212</b>	<b>56.129</b>	<b>179.125</b>

- Compreende, substancialmente, obrigações legais; e
- A rubrica "Fiscais e Previdenciárias" inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuem depósitos judiciais.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, e se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos correspondem a R\$ 42.555 mil (2009 - R\$ 44.209 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

### 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)	179.125	191.606
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	691.182	519.354
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	27.228	36.062
Impostos e contribuições a recolher	13.375	8.802
<b>Total</b>	<b>910.910</b>	<b>755.824</b>

...Continuação

**Bradesco**  
Leasing

## Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e crédito tributário de contribuição social**  
MP nº 2.158-35

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Total
2011.....	60.834	35.763	45.390	141.987
2012.....	60.834	35.763	-	96.597
2013.....	56.674	33.689	-	90.363
2014.....	6.053	3.591	-	9.644
2015.....	6.053	3.591	-	9.644
<b>Total.....</b>	<b>190.448</b>	<b>112.397</b>	<b>45.390</b>	<b>348.235</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 328.010 mil (2009 - R\$ 339.871 mil) sendo, R\$ 283.593 mil (2009 - R\$ 267.219 mil) de diferenças temporárias e R\$ 44.417 mil (2009 - R\$ 72.652 mil) de prejuízo fiscal.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 691.182 mil (2009 - R\$ 519.354 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 649.472 mil (2009 - R\$ 488.070 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 35.654 mil (2009 - R\$ 26.395 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 4.751 mil (2009 - R\$ 3.317 mil) e reserva de reavaliação R\$ 1.305 mil (2009 - R\$ 1.572 mil), respectivamente.

#### 23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

#### DIRETORIA

Conselho de Administração	
<b>Presidente</b> Lázaro de Mello Brandão	<b>Membros</b> Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
<b>Vice-Presidente</b> Antônio Borna	

Diretoria	
<b>Diretor-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi	<b>Diretores</b> Laércio Albino Cezar Arnaldo Alves Vieira Sérgio Socha Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Norberto Pinto Barbedo Domingos Figueiredo de Abreu
	<b>Diretor de Relações com Investidores</b> Domingos Figueiredo de Abreu
	Célio Magalhães – Contador CRC 1SP199295/O-5

#### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

##### Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência de depreciação. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas ou despesas de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

##### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

##### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos  
Contador  
CRC 1SP171564/O-1

política

Se vai continuar aqui, então morra, minha filha, morra

Amazonino Mendes, prefeito de Manaus

# Segundo Tempo vai parar na Justiça

Aplicação de R\$ 4,2 milhões do programa do Ministério dos Esportes está sob investigação do Ministério Público Federal. No Piauí, era para atender 12 mil crianças em 126 núcleos.

O Ministério Público Federal instaurou ontem uma investigação sobre a aplicação dos recursos do Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, no Piauí. A decisão foi tomada pelo procurador-chefe da República no Estado, Marco Túlio Lustosa Caminha. A investigação é resultado de reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* mostrando que uma entidade dirigida por membros do PCdoB recebeu R\$ 4,2 milhões para cuidar do programa, mas abandonou os núcleos esportivos do projeto.

Dirigida por integrantes do PCdoB, a Federação das Associações dos Moradores do Piauí (Famepi) cuida do Segundo Tempo no Estado. A entidade tem contrato de R\$ 4,2 milhões com o governo federal, sem licitação, para montar 126 núcleos e beneficiar 12 mil crianças. Seu presidente é Raimundo Mendes da Rocha, dirigente do PCdoB no Piauí.

Pelo menos nove integrantes da direção da federação fazem parte do comando regional do partido. Todas trabalharam em 2010 pela reeleição do deputado federal Osmar Júnior, presidente regional do PCdoB, líder do partido na Câmara e aliado do ministro Orlando Silva, dos Esportes.

**Oposição** – No Congresso, o líder do DEM na Câmara, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), vai protocolar hoje representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) pedin-

do investigação sobre todos os convênios denunciados. Neto também quer uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

"Não podemos dar um cheque em branco para essas ONGs. Vamos exigir do Ministério dos Esportes explicações em relação à prestação de contas. As justificativas apresentadas até agora são superficiais e inconsistentes", afirmou o líder do DEM. Ele questionou o fato de o ministério realizar convênios com ONGs e não com prefeituras para implementar o programa.

O presidente do PPS, Roberto Freire (SP), também defendeu que o Ministério Público investigue o caso. Ele destacou os casos de ações do programa que não foram realizadas e cobrou providências.

**Inferno astral** – Além do desgaste com as evidências de uso político e má administração do programa Segundo Tempo, o ministro do Esporte, Orlando Silva, uma das principais lideranças do PCdoB, tem colecionado derrotas políticas desde a eleição da presidente Dilma Rousseff.

Na transição, o ministro quase perdeu o cargo para a ex-prefeita de Olinda e hoje deputada Luciana Santos (PCdoB-PE). Depois, o partido perdeu o comando da Autoridade Pública Olímpica (APO) para Henrique Meirelles. Em nota, a direção nacional do PCdoB repudiou a reportagem e acusou o jornal de "manipulação grosseira." (AE)

Márcio Fernandes/AE



A índia guarani Dirce Veron aguarda início do julgamento dos acusados pelo assassinato do seu pai, Marcos Veron, quando tinha 72 anos.

## Suspeitos da morte de cacique vão a júri

O julgamento foi transferido de Mato Grosso do Sul para São Paulo para garantir um resultado imparcial.

As testemunhas da morte do cacique guarani-kaiwá, Marcos Veron, ocorrida em 2003, em Juti (MS), começarão a ser ouvidas hoje, no Fórum Federal Criminal, em São Paulo, para onde foi transferido o júri de Mato Grosso do Sul a pedido do Ministério Público Federal, que alegou que naquele estado não há condições de

isenção para garantir um julgamento imparcial. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região também determinou que o júri fosse em São Paulo, para evitar que a decisão tenha influência social e econômica dos supostos envolvidos no crime.

O cacique foi morto em um acampamento indígena em Juti, cidade distante 320 quilômetros da capital Campo

Grande. Quatro homens armados atiraram nos indígenas e o cacique Veron foi levado para o hospital com traumatismo craniano, mas não resistiu e morreu.

No julgamento, Estevão Romero e Carlos Roberto dos Santos respondem por tentativa de homicídio qualificado e Jorge Cristaldo Insabralde por homicídio consumado. Eles também são

acusados por crimes de tortura, sequestro e formação de quadrilha. Nivaldo Alves Oliveira, que está foragido, teve processo desmembrado e suspenso. Seis homens e uma mulher formam o júri. A expectativa é que o julgamento dure de 8 a 15 dias, por causa do número de testemunhas. Ontem, no primeiro dia, foi feita a leitura do processo. (AE/Folhapress)

Reprodução



Amazonino Mendes, prefeito de Manaus, bate-boca com a moradora Laudence Paiva, que vive em uma das áreas de risco em Manaus.

## 'Então, morra, minha filha, morra'

O prefeito de Manaus, Amazonino Mendes (PTB), discutiu ontem com a moradora Laudence Cantalista de Paiva ao visitar a comunidade de Santa Marta, onde no fim de semana três pessoas morreram em razão de um desmoronamento de terra.

Em um determinado momento da conversa, a moradora afirmou que não poderia sair por não ter outra opção ao que o prefeito respondeu:

"Se vai continuar aqui, então morra, minha filha, morra."

Em outro momento, ele perguntou onde ela nasceu. Laudence afirmou que era paraense. "Então, pronto, tá explicado", observou Mendes.

A assessoria justificou a resposta de Amazonino "ao calor da discussão" e que ele foi até lá com o intuito de retirar as pessoas daquela área. Manaus teria 50 mil moradores em áreas de risco. (Agências)